

Escola Estadual E. F. M. Félix Araújo

Aluno(a): _____ *Nº* _____

Série: _____ *Turma:* _____ *Turno:* _____

AGRICULTURA BRASILEIRA

A agricultura é uma atividade extremamente importante em função de seus dois principais objetivos: produzir alimento para a população e matérias-primas para a transformação industrial. É também responsável pela geração de empregos nas áreas de transporte, armazenagem e transformação de produtos, comércio, etc.

Com a contínua expansão demográfica brasileira, a questão do alimento torna-se cada vez mais objeto de preocupação dos nossos governantes, pelo menos em tese.

Ocupação das terras no Brasil

De 1500 a 1822, todas as terras brasileiras pertenciam à Coroa portuguesa, que as doava ou cedia seu direito a pessoas de sua confiança ou conveniência, visando à ocupação do território e à exploração agrícola. Predominava o cultivo de produtos agrícolas tropicais em sistema de plantation, ou seja, em grandes propriedades monocultoras, com utilização do trabalho escravo e produção voltada à exportação.

Entre 1822, ano da independência política, e 1850, vigorou no Brasil o sistema de posse livre em terras devolutas, já que o Império não criou leis que regulamentassem o acesso à propriedade e não existiam cartórios ou registros de imóveis. Ao longo desse período, a terra não tinha valor de troca (compra e venda), possuía apenas valor de uso para quem quisesse cultivar e vender sua produção.

A possibilidade legal de livre obtenção da posse da terra não significou, porém, o surgimento de pequenas e médias propriedades. Ainda vigorava a escravidão, e os escravos não tinham acesso às terras devolutas. A entrada de imigrantes livres nesse período, além muito pequena, ficou restrita predominantemente às cidades.

Com o intuito de garantir o fornecimento de mão-de-obra barata aos latifundiários cafeicultores, o governo impediu o livre acesso dos imigrantes à propriedade da terra por meio da criação, também em 1850, da Lei de Terras. Com essa lei, todas as terras devolutas tornaram-se propriedade do Estado, que somente poderia vendê-las por intermédio de leilões.

Saiu-se beneficiado quem tinha mais dinheiro, ou seja, os latifundiários.

Como contrapartida, ainda de acordo com a Lei de Terras, todo o dinheiro arrecadado nos leilões deveria ser utilizado no financiamento da viagem de novos imigrantes europeus e asiáticos que se dispusessem a vir trabalhar no Brasil. Desde então, a posse da terra passou a ser reserva de valor, ou seja, podia ser incorporada ao patrimônio pessoal e vendida. Virou também um símbolo de poder, acentuando a concentração fundiária no país.

Nesse período, teve início no Brasil um processo perverso e violento de relação de trabalho, presente até hoje em diversos Estados do país: a escravidão por dívida. Antigamente, ela vitimava os imigrantes estrangeiros e, na realidade, vítima a população de baixa renda.

O Estatuto da Terra

O marco legislativo recente para a reforma agrária foi feito justamente pelo primeiro governo da ditadura militar, que sancionou em 1964 o Estatuto da Terra, que regulamentou direitos e obrigações dos proprietários rurais e a reforma agrária – com base no conceito da função social da terra, ou seja, de que a posse da terra tem de produzir benefícios para a sociedade. Nos anos seguintes, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A bandeira da reforma agrária havia ganhado força política no país na década de 1950, e a falta de acesso legal à terra era um problema para milhões de pessoas no país todo. Com o Estatuto da Terra, os militares pretendiam simultaneamente regular o processo e controlá-la.

A estrutura fundiária brasileira

A agricultura brasileira, em seu aspecto econômico, apresenta como fator primordial à questão da propriedade da terra e, em segundo plano, a questão do investimento na produção.

A estrutura fundiária, propriedade da terra, é provavelmente o mais grave problema da nossa agricultura, influenciando diretamente a oferta de empregos, o nível de remuneração e a qualidade de vida e trabalho da população rural.

Denomina-se estrutura fundiária à forma como se distribuem as propriedades rurais. No Brasil, ela é



extremamente concentradora, ou seja, pouca gente possui muita terra, muita gente possui pouquíssima terra e muito mais gente não possui terra alguma.

A estrutura concentradora que caracteriza meio rural brasileiro impede que o lavrador se transforme em proprietário. Ao contrário, faz com que muitas vezes um pequeno proprietário se transforme em trabalhador, aumentando a já enorme quantidade de trabalhadores rurais sem terra.

Como consequência direta dessa situação, o que se tem observado em todo o espaço rural brasileiro é o aumento considerável do número de conflitos pela posse da terra. De um lado, posseiros e trabalhadores rurais, que reivindicam a terra para quem nela trabalha, e de outro lado, indivíduos, grupos e empresas que vêem na terra não só um fator de produção, mas também de especulação.

É bom observar que ao longo da história brasileira, o trabalhador rural e o pequeno proprietário rural têm sido excluídos dos planos governamentais de desenvolvimento social e econômico, sobretudo durante a ditadura militar. Nessa época, valorizou-se a expansão da agricultura de exportação, realizada em grandes propriedades. Muitos pequenos proprietários, sem acesso a financiamentos bancários a juros subsidiados e a programas de assistência técnica (agronômicos, de engenharia genética, etc.), foram levados a mudar do campo, deslocando-se para a periferia das grandes cidades. A esse grupo somam-se aqueles que perderam seus postos de trabalho, substituídos pela mecanização agrícola.

Assim, aumentou o número dos sem-terra: trabalhadores rurais desempregados, bóias-frias, parceiros, arrendatários e outros. A maioria se organizou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em Cascavel (Paraná), em 1984. Seu objetivo é lutar pela reforma agrária e por uma política pública de sustentação da agricultura familiar. Para pressionar as autoridades, e particularmente o Incra, o movimento organiza ocupações de terras – as famílias que participam do movimento entram em propriedades rurais, em geral, improdutivas, acampam por prazo indefinido e, na maioria dos casos, começam a plantar. Com frequência, as atividades do MST são ilegais e visam a forçar a desapropriação de terras para o assentamento de famílias. O movimento, cujas principais lideranças são de esquerda, também desenvolve uma atuação política.

Na Constituição de 1988, fica consagrado o conceito de que a terra deve ter função social, ou seja,

deve produzir ou ser reserva ambiental. Desde a ditadura, portanto, o governo brasileiro realiza assentamentos de reforma agrária, mas até hoje não houve uma mudança significativa na concentração de terras.

A concentração de terras no Brasil

A terra no Brasil é mal distribuída, e esse problema, que vem desde o período colonial, continua sem solução. Essa é uma das conclusões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na análise dos dados do Censo Agropecuário decenal.

No Brasil, cerca de 1% dos proprietários rurais controla 43% das terras para agricultura e pecuária. Como resultado dessa concentração, há frequentes conflitos pelo acesso à terra, inclusive com mortes.

No Brasil, a concentração da terra em poucas mãos vem desde o início da colonização portuguesa, quando o território foi dividido em capitâncias hereditárias e o modelo produtivo adotado foi a monocultura da cana. Atualmente, a agroindústria exportadora mantém um modelo baseado em propriedades enormes, e a modernização da produção no campo acabou provocando, na segunda metade do século XX, um forte êxodo rural – com os lavradores saindo da zona rural e engrossando as populações urbanas.

É uma realidade marcada, nas últimas décadas, pelo assassinato da missionária norte-americana **Doroty Stang**, no Pará (2005), pelo massacre de Eldorado de Carajás, também no Pará (1996), em que 19 sem-terra foram mortos em uma ação da polícia, e pela morte do líder seringueiro Chico Mendes, no Acre (1988).

A reforma agrária, a principal forma de modificar a distribuição desigual de terras, avança no Brasil, mas em ritmo lento. Um dos motivos para isso é que, nos últimos dez anos, o crescimento acelerado do agronegócio brasileiro e seus bons resultados econômicos atraíram o grosso das atenções governamentais relativas à política agrícola.

O Censo Agropecuário, porém, deu um retrato claro da concentração de terra:



- ❖ A agropecuária ocupa 330 milhões de hectares no país;
- ❖ Cerca de 43% dessa área pertence a apenas 1% dos proprietários rurais – donos de áreas superiores a mil hectares;
- ❖ Quase metade dos proprietários (47%) possui pequenas áreas, de até 10 hectares, que, somadas, totalizam apenas 2,7% das lavouras e pastos brasileiros.

Apesar de o censo ter mostrado que a distribuição de terra manteve sua histórica desigualdade e que a modernização da agricultura agravou a concentração, também revelou que a agricultura familiar foi a que mais produziu alimentos, apesar de ter uma área menor.

A atividade, que emprega 75% da mão-de-obra no campo, foi responsável pela produção de 70% do feijão consumido no país, 87% da mandioca, 58% do leite, 46% do milho, 34% do café e do arroz.

Reforma Agrária

O enfrentamento desse problema se dá por meio de uma redistribuição das terras conhecida por reforma agrária. A expressão reforma agrária é genérica e indica uma mudança na estrutura fundiária do país, assim como existem as expressões reforma eleitoral (para mudar regras das eleições), reforma partidária (para as leis que regem os partidos) e reforma fiscal (para o sistema de arrecadação de impostos). Reforma agrária significa dar um lote para o trabalho de quem não tem terra nem recursos para tocar uma lavoura.

No Brasil, a reforma agrária tem sido feita pelo Estado, com o assentamento de famílias em três tipos de área:

- ❖ Em terras públicas (da União e de governos estaduais) com vocação para produção agropecuária;
- ❖ Em fazendas improdutivas desapropriadas pelo poder público (com indenização para os donos);
- ❖ Em lotes de terra originalmente públicos ocupados ilegalmente por fazendeiros, chamados de terras griladas (a expressão se refere à antiga falsificação de título fundiário,

pois os falsos documentos eram artificialmente envelhecidos ao ser guardados em caixas com grilos).

Faz parte da política de reforma agrária um conjunto de políticas oficiais de apoio para que os assentados tenham condições de produzir - como financiamento para a compra de sementes e máquinas, consultoria técnica, assistência social e financiamento para a construção de moradia e da infraestrutura na propriedade.

As relações trabalhistas na agricultura brasileira

Existem diversas formas de trabalho no meio rural brasileiro. As principais formas de trabalho são:

Posseiros: lavradores que se instalam em terras que não lhes pertencem legalmente, ou seja, terras devolutas ou de terceiros;

Parceiros: lavradores que trabalham na terra de outra pessoa, com a qual dividem a produção obtida. Quando a divisão é de 50%, o trabalhador é chamado de meeiro;

Pequenos proprietários: trabalhadores que cultivam sua própria terra, tanto para atender às necessidades suas famílias, quanto para destinar a produção ao mercado local;

Arrendatários: agricultores que alugam a terra de alguém e pagam seu uso em dinheiro. Em geral, dispõem de um certo capital;

Assalariados permanentes: trabalhadores que moram nas propriedades em que trabalham, mantendo vínculo empregatício com registro profissional e todos os direitos legais;

Assalariados temporários: agricultores que trabalham contratados por dia, tarefa ou empreitada, sem direito a morarem na terra. Geralmente habitam a periferia das cidades e se deslocam diariamente para o trabalho no campo;

Não-remunerados: corresponde ao grupo familiar do trabalhador composto pelos seus dependentes, mulher e filhos, que ajudam no trabalho rural sem serem remunerados pela atividade;

Escravidão por dívida: trata-se do aliciamento de mão-de-obra através de promessas mentirosas. Ao entrar na fazenda, o trabalhador é informado de que está endividado e, como seu salário nunca é suficiente para quitar a dívida, fica aprisionado;

Os gatos: agenciadores que contratam trabalhadores em diversas partes do Brasil para trabalhar nas



fazendas. Por não ser empresário, o “gato” não tem obrigações trabalhistas, não precisa registrar os funcionários.

O cenário atual

De acordo com o MST, há mais de 200 mil famílias à espera de acesso à terra, e esse número não se tem alterado no decorrer dos anos recentes, no governo anterior ou no atual. Desse total, segundo o movimento, 90 mil famílias estão acampadas em beiras de estrada, à margem ou dentro de fazendas em processo de desapropriação. Conforme os números oficiais, o governo federal não conseguiu cumprir sua meta em 2009: pretendia assentar 75 mil famílias e só assentou 55,5 mil. Por meio de ocupações de terra e invasões, o MST vem pressionando o governo para que acelere o programa de assentamentos. Em contrapartida, a bancada ruralista no Congresso Nacional exige do governo uma resposta de repressão ao movimento, que considera criminoso por atingir o direito de propriedade.

Atualmente, o embate está na atualização dos índices de produtividade das fazendas, que serve como base para identificar propriedades improdutivas e desapropriar a terra, e não muda há 30 anos. Em agosto de 2009, uma marcha de 3 mil sem-terra exigiu em Brasília a aplicação de novos índices. O presidente Lula (PT) autorizou essa atualização, mas o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes (PMDB), expressando a posição de entidades e parlamentares ruralistas, brecou a assinatura do documento. A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) quer mudar a lei, para que a alteração dos índices de produtividade da terra não seja uma incumbência apenas do Poder Executivo, mas passe também pela apreciação do Senado.

Mesmo os governos não dando conta de resolver a questão agrária, os resultados recentes foram melhores e a média de famílias assentadas por ano subiu consideravelmente. Ela cresceu de um patamar inferior a 20 mil famílias ao ano, do presidente João Figueiredo a Itamar Franco, para 74 mil famílias anualmente no governo Fernando Henrique Cardoso e para 82 mil ao ano no governo atual.

No fim de 2009, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apresentou uma pesquisa encomendada ao Ibope que traça um perfil crítico da realidade dos assentamentos. Segundo a pesquisa, quase metade dos assentamentos rurais consolidados

não produz o suficiente para sustentar as famílias, e quase metade dos assentados informou ter comprado a terra de terceiros – os assentados originais (o que é proibido). Segundo a CNA, a pesquisa mostra que o governo falha no suporte de recursos financeiros, operacionais e técnicos que deveria dar aos assentados.

OS PRESIDENTES E A REFORMA AGRÁRIA

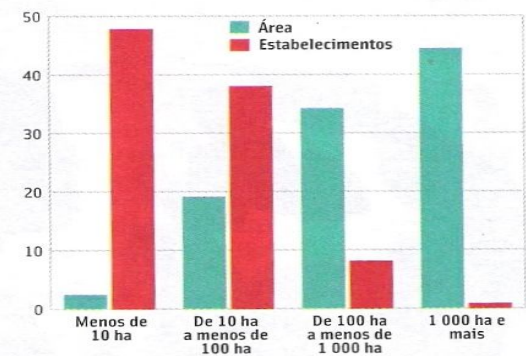
Média anual de famílias assentadas

João Figueiredo (1979-1985)	18.500
José Sarney (1985-1990)	18.000
Fernando Collor (1990-1992)	19.000
Itamar Franco (1991-1995)	11.000
Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	74.000
Lula (2004-2009)	82.000

Fonte: Incra

MUITA TERRA EM POUCAS MÃOS

Distribuição de terras e estabelecimentos de acordo com a área, em %, em 2006



PRODUTORES ESPREMIADOS Quase metade das terras de agropecuária do país (a maior coluna azul) está nas mãos de 1% dos proprietários (coluninha vermelha). Quase metade dos produtores (a maior coluna vermelha) trabalha apenas em 2,4% das terras (a menor coluna azul).

Fonte: IBGE

Outro aspecto relevante é que a maioria dos assentamentos atuais ocorre na Amazônia Legal, região distante da maior parte das famílias sem-terra, iniciativa bastante criticada pelo MST. Além disso, estabelecer as famílias na Amazônia acaba contribuindo para o desmatamento da floresta. Um relatório do Incra revela que os assentamentos contribuíram em 2008 com 21% do total desmatado na Amazônia Legal (estados do Norte, de Mato Grosso e do Maranhão). Das mais de 574 mil famílias que o governo atual assentou, 387 mil estão na Amazônia Legal.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, o número de conflitos por disputa de terra diminuiu no início de 2009. Mesmo assim, os dados preocupam. No primeiro semestre de 2008, houve 678 embates envolvendo cerca de 300 mil pessoas. No mesmo período de 2009, o total caiu para 366 conflitos, envolvendo 193 mil pessoas. Na soma dos embates dos dois períodos, houve 25 pessoas assassinadas.



O agronegócio

É o conjunto de das atividades econômicas envolvidas com a agropecuária, que inclui fornecedores de equipamentos e serviços para a zona rural e também para a industrialização dos produtos. Esse tipo de atividade participou em 2007 com 25,11% do PIB.

A PRODUÇÃO DO BRASIL NO MUNDO EM 2008			
Produto	Ranking	% do Mercado Mundial	Outros países líderes
Café	1º	28%	Vietnã, Indonésia
Feijão	1º	16,4%	Índia, China
Laranja	1º	29,8%	EUA, México
Cana-de-açúcar	1º	32,5%	Índia, China
Carne Bovina	2º	12,9%	EUA, Argentina
Carne de Frango	2º	5,4%	EUA, México
Soja	2º	23,4%	EUA, Argentina
Tabaco	2º	13,4%	China, Índia

Fonte: Organização para Alimentos e Agricultura da ONU (FAO)

Se a agropecuária vai mal, o país todo também vai. Hoje, o agronegócio é uma potência na economia brasileira. Para começar a entender a questão, não se deve confundir agropecuária com agronegócio. A agropecuária, responsável por cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, é o conjunto das atividades diretamente ligadas ao plantio e colheita, no caso da agricultura, e à criação de animais, no da pecuária. Já o agronegócio, também conhecido pelo seu nome em inglês, agribusiness, é o conjunto da cadeia produtiva ligada à agropecuária, incluindo todas as atividades de indústria e serviços de antes, durante e depois da produção. O agronegócio é responsável por cerca de 30% do PIB, 37% das exportações e 35% dos empregos brasileiros.

Com o aumento do preço internacional do petróleo, estimulou o interesse internacional pelos combustíveis alternativos, o que coloca o Brasil como possível competidor de peso entre os produtores de etanol, obtido da cana-de-açúcar, entre outras fontes. Entusiasmado, os produtores rurais têm expandido as áreas plantadas, especialmente na região amazônica, o que põe em risco a floresta.

Nos últimos anos, a expansão agrícola vem pressionando matas virgens brasileiras. Como o agronegócio não pára de crescer, ele avança em busca de novas áreas para plantio e pastagens. As principais são a franja sul da Amazônia, o sul do Maranhão e do Piauí e o oeste da Bahia. O cultivo da soja expande-se no cerrado e ao longo do rio Madeira. O ruim da história é que a ampliação da agropecuária na região

amazônica acaba sendo uma das principais causas do desmatamento, que resulta na redução da floresta.

Os problemas de infraestrutura do país também reduzem a rentabilidade da produção agrícola. A malha de transportes, baseada em rodovias, não é a mais adequada para o transporte dos produtos agropecuários pelas longas distâncias do Brasil, pois o custo é alto. O ideal é o transporte em ferrovia ou hidrovía. Para piorar, a malha rodoviária está em más condições. Resultado: o produto final chega mais caro ao cliente.

Os biocombustíveis

O Proálcool, criado em 1975, em plena crise mundial do petróleo, era um esforço de substituição em larga escala dos combustíveis tradicionais. Graças a ele, até 2000 foram produzidos cerca de 5,6 milhões de veículos a álcool hidratado. Mas, a partir de 1986, o preço do barril de óleo bruto caiu de 40 para 12 dólares. A mudança coincidiu com a falta de recursos públicos para subsidiar combustíveis alternativos, e o Proálcool perdeu força.

Agora, tudo mudou. Um estudo da Única, a associação dos produtores, indica que o setor terá de atender até 2010 a uma demanda adicional de 10 bilhões de litros de álcool por ano.

A expansão da produção de cana-de-açúcar vai agravar problemas ainda não resolvidos da lavoura canavieira. Os principais são relacionados ao meio ambiente. A queimada da palha após a colheita, além da poluição, que provoca doenças respiratórias, também causa sérios danos ao solo. A vinhaça, resíduo das destilarias de álcool, com o tempo pode contaminar os lençóis freáticos. Hoje, a indústria do setor desenvolve métodos para uso da vinhaça como fertilizante e há leis fixando prazos para o fim das queimadas.

